

Educação Profissional

O SINPRO/RS, atento à dinâmica do processo de expansão do ensino privado no Brasil, vem acompanhando, com preocupação, o rápido e desordenado crescimento na oferta de cursos de educação profissional de nível médio. O Censo Escolar 2003/2005, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, que levanta informações estatísticas sobre os estabelecimentos escolares públicos e privados da educação básica, apontou um crescimento de 18,1% no número de estabelecimentos que ofertam educação profissional. No mesmo período, as matrículas cresceram 26,9%. Aponta, também, que 71% dos estabelecimentos que trabalham com essa modalidade de ensino são privados. No RS, é possível confirmar essa expansão, observando os novos cursos que são autorizados pelo Conselho Estadual de Educação (CEED/RS). No período de 2004 a 2006, dos 280 cursos autorizados, 247 foram demandas de escolas privadas. Observa-se que essa rápida expansão na oferta de cursos profissionais ocorre especialmente pela insipiente política pública para o setor.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as ofertas de educação profissional passam a ser uma modalidade de ensino integrada ao Sistema, devendo atender à legislação pertinente. Sendo assim, as instituições de ensino que pretendem ofertar cursos de educação profissional de nível médio devem buscar o credenciamento e a autorização junto aos Conselhos Estaduais de Educação, comprovando as condições de estrutura física e de recursos humanos habilitados, dentre outras. O que se observa é que, por falta de fiscalização dos órgãos competentes, muitos cursos são ofertados sem a qualidade exigida. O SINPRO/RS tem encaminhado denúncias ao CEED, apontando irregularidades, especialmente relacionadas à ausência de corpo docente na escola. Há instituições que, inclusive, terceirizam seu corpo docente ou contratam os profissionais para os cursos técnicos, não como professores, mas como instrutores, ferindo a legislação. As denúncias do SINPRO/RS junto ao CEED produziram, dentre outros atos, o Parecer 311/2006, que *manifesta-se sobre a obrigatoriedade de corpo docente próprio nos estabelecimentos de ensino*.

Podemos afirmar, também, que grande parte dos problemas encontrados em escolas que ofertam cursos profissionais é resultado da imobilidade do SINEPE/RS, que ao longo dos anos tem demonstrado total desinteresse por regular tal oferta. Em 2005 chegou-se a criar um grupo de trabalho entre o SINPRO/RS e o Sinepe/RS que elaborou uma pauta específica da Educação Profissional com vistas à Convenção Coletiva de Trabalho e que não foi considerada pelo sindicato patronal na negociação do ano seguinte. Tal postura só tem contribuído para a disseminação de cursos sem o mínimo de qualidade, resultando na desvalorização dos profissionais da educação e no desrespeito à sociedade gaúcha.

Se, por um lado, as negociações com o Sinepe não avançaram, o SINPRO/RS, buscando novos interlocutores, passou a provocar um entendimento com os diretores dos cursos na Grande Porto Alegre, a fim de negociar uma pauta comum para levar à negociação com o sindicato patronal. Mas esta iniciativa também se mostrou frustrada devido ao não-entendimento deste setor entre os donos das escolas. Também se ingressou com algumas reclamações trabalhistas, visando a resolver os problemas de descumprimento da CCT, mas muitas vezes esbarrou-se na falta das listagens de professores naquelas escolas que contratam instrutores. Merecem igualmente destaque as conversações com o Senai, o Sesi e o Senac na tentativa de retomar a representação deste segmento, conseguido apenas parcialmente até agora por uma Convenção Coletiva de Trabalho que integra os professores das áreas propedêuticas.

O cenário da educação profissional é muito dinâmico e apresenta grandes contradições, vemos escolas com estruturas e equipamentos modernos, em que

imperam relações de trabalho arcaicas. É preciso avançar e, para isso, o SINPRO/RS deve:

- * continuar visitando os professores das escolas de educação profissional para que se engajem nessa luta;
- * intensificar as denúncias aos órgãos competentes sobre as irregularidades que persistem nessas escolas;
- * continuar buscando o diálogo com as mantenedoras que têm interesse em regular essa modalidade de ensino buscando avanços e minar as resistências do Sinepe/RS;
- * continuar instigando o sindicato patronal para um acordo que respeite a especificidade dessa oferta de ensino;
- * denunciar à comunidade gaúcha a falta de compromisso do sindicato patronal diante dos problemas que envolvem a oferta de educação profissional.